

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5	
APRESENTAÇÃO	7	
TERESA ARRUDA ALVIM		
PREFÁCIO 1	11	
MARIA ISABEL GALLOTTI		
PREFÁCIO 2	15	
BRUNO DANTAS		
INTRODUÇÃO	25	
Apresentação, justificativa e delimitação do objeto		25
Estrutura e desenvolvimento do trabalho		28
Metodologia e esclarecimentos terminológicos		33
1. REGULAÇÃO ECONÔMICA E LITIGÂNCIA REGULATÓRIA: INSERÇÃO DO PROCESSO COLETIVO E ASPECTOS TEÓRICOS INICIAIS.....	35	
1.1. A função regulatória do processo coletivo	35	
1.1.1. Processo coletivo como técnica híbrida de regulação social e econômica	35	
1.1.2. O processo coletivo se enquadra no conceito de “regulação”?	45	
1.1.3. Lacunas regulatórias, riscos generalizados e a função do processo coletivo	56	
1.2. Aspectos conceituais preliminares da litigância regulatória.....	62	
1.2.1. Conceito preliminar de litigância regulatória	63	
1.2.1.1. Litigância regulatória <i>top-down</i>	65	
1.2.1.2. Litigância regulatória <i>bottom-up</i>	66	
1.2.1.3. Intuito consciente e extensão do impacto regulatório	72	
2. LITIGÂNCIA REGULATÓRIA NA PRÁTICA ESTRANGEIRA: EXPERIÊNCIAS DA ECONOMIA ESTADUNIDENSE.....	77	
2.1. Experiências emblemáticas de litigância regulatória	77	

2.1.1.	Motores a diesel para serviços pesados	78
2.1.2.	Tabaco.....	83
2.1.3.	Armas de fogo	88
2.1.4.	Tinta à base de chumbo	94
2.1.5.	Implantes mamários de silicone.....	100
2.1.6.	Amianto.....	107
2.2.	Tipos de relação entre a regulação e a litigância regulatória.....	114
2.2.1.	Relação de prevalência e exclusão	115
2.2.2.	Relação de substitutividade	118
2.2.3.	Relação de complementariedade	121
2.2.4.	Relação de causalidade.....	123
3.	O EFEITO REGULATÓRIO DAS AÇÕES COLETIVAS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA	125
3.1.	Lições teóricas e deontológicas das experiências práticas	125
3.1.1.	Conceito final de litigância regulatória	125
3.1.2.	O que é o efeito regulatório do processo coletivo?.....	126
3.1.3.	Categorias de litigância regulatória (individual, coletiva e consti- tucional).....	126
3.1.4.	Litigância regulatória privada e litigância regulatória pública.....	131
3.1.5.	Litígios essencialmente regulatórios e acidentalmente regulatórios....	134
3.1.6.	Uma questão de desenho institucional?	138
3.1.7.	Danos morais coletivos: punitivos, compensatórios ou regulatórios?	139
3.1.8.	Ações civis públicas como veículos da litigância regulatória coletiva ...	147
3.1.9.	Os acordos coletivos como “locus” de intervenções regulatórias diretas	149
3.1.10.	Ações constitucionais regulatórias vs. ações coletivas regulatórias	151
3.1.11.	Ativismo judicial excepcional em casos de captura regulatória	155
3.1.12.	O papel das ações coletivas privadas na regulação da economia	159
4.	PROCESSO COLETIVO COMO ESTRATÉGIA DE REGULAÇÃO: UMA RELEITURA (REGULATÓRIA) DAS AÇÕES COLETIVAS.....	175
4.1.	O processo coletivo como estratégia regulatória	175
4.1.1.	Uma releitura regulatória do processo coletivo brasileiro	175
4.1.2.	Inconsciência do fenômeno e seus reflexos sobre os atores privados....	187
4.2.	Elementos que determinam o potencial regulatório do processo coletivo	190
4.2.1.	Tipos de atos ilícitos que podem ser objeto da ação.....	190
4.2.2.	Legitimação para agir.....	192

4.2.3.	Vinculação ao processo coletivo	195
4.2.4.	Tutela ressarcitória em pecúnia.....	198
4.2.5.	Incentivos processuais financeiros para o exercício da ação.....	200
4.2.6.	Extensão da eficácia do provimento jurisdicional.....	204
5.	LITIGÂNCIA REGULATÓRIA: CASOS DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, CONSEQUÊNCIAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
5.1.	Identificando litígios regulatórios na experiência jurisdicional brasileira	207
5.1.1.	Litígios essencialmente regulatórios	210
5.1.1.1.	Limitações de cobertura em planos de saúde a portadores de TEA	211
5.1.1.2.	Tabaco.....	218
5.1.1.3.	Apagão aéreo.....	224
5.1.1.4.	Pandemia do Covid-19	230
5.1.1.5.	Cultivo de cannabis para fins medicinais	232
5.2.1.	Litígios acidentalmente regulatórios.....	234
5.2.1.1.	Rol da ANS	236
5.2.1.2.	Herbicida Paraquate.....	243
5.2.1.3.	Anticoncepcional Microvlar	246
5.3.	Litígios não regulatórios.....	248
5.3.1.	Os desastres do Rio Doce e de Brumadinho	250
5.3.2.	Os casos de expurgos inflacionários	252
5.4.	Litigância regulatória vs. Processos estruturais.....	253
5.5.	Efeito dissuasório x efeito regulatório do processo coletivo	259
	CONCLUSÃO.....	265
	REFERÊNCIAS	271